

## **ATA da 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COSEMS/PB DE 2020**

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 14h, via *webconferência* através da plataforma Google Meet, link: [meet.google.com/fnx-zees-gtj](https://meet.google.com/fnx-zees-gtj) foi realizada a **5ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB** para o ano de 2020. A referida assembleia contou com a presença de gestores municipais de saúde da Paraíba, técnicos municipais de saúde, técnicos convidados da Secretaria de Estado da Saúde, técnicos do CONASEMS e do Ministério da Saúde, e demais participantes que constam na lista de presença, a qual contém o e-mail e nome do participante, substituindo a assinatura física, sendo parte integrante da presente Ata. A convocação teve como ponto de **pauta: Item 1. Letra a). Aprovação da Ata da 4ª Assembleia Ordinária do COSEMS – PB de 2020 – Dáfia Vicente Izidoro – Secretária do COSEMS-PB. Item 1. Letra b).** Apresentação da Mesa Temática: **“Revisão e elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão e o DIGISUS – Ministério da Saúde, Conasems e SES-PB”** – Moderadora da mesa: **Sra. Soraya Galdino** – Presidente do COSEMS/PB. Debate. **Item 1. Letra c) Apresentação da Pauta da CIB – Michele Targino – Assessora Técnica do COSEMS-PB. Informes. a)** 1º Congresso e Mostra Virtual do Conasems – **Ana Caroline Carvalho** – Secretária Executiva do COSEMS-PB; **b)** Informes técnicos. Antes de iniciar a Assembleia a Sra. Ana Caroline Santos, Secretária Executiva do COSEMS, repassou a todos as orientações sobre a participação e procedimentos adotados durante a Assembleia on-line e, passou a palavra para a Sra. Soraya Galdino, que iniciou os trabalhos dando boas-vindas aos convidados e explicando que nessa assembleia foi permitida, em caráter excepcional, a presença de técnicos indicados pelos gestores municipais de saúde, sendo vetada a presença de pessoas jurídicas que representam empresas de assessoria, tendo em vista não ser esse o objetivo nem o perfil do COSEMS/PB. A Sra. Soraya confirmou que todos receberam a convocação e pauta da referida reunião em tempo hábil e pactuou com os palestrantes que após as explanações das apresentações, seria aberto para os debates. A assembleia teve início pelo **Item 1. Letra b).** Apresentação da Mesa Temática: **“Revisão e elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão e o DIGISUS – Ministério da Saúde, Conasems e SES-PB”** – Moderadora da mesa: **Sra. Soraya Galdino** – Presidente do COSEMS/PB. A primeira apresentação que tratou da temática: **Revisão e elaboração**

**dos instrumentos de planejamento e gestão do DigiSUS**, considerando a situação de pandemia COVID-19, foi feita pela Sra. Luciani Martins Ricardi, analista técnica de Políticas Sociais – SEINSF/SEMS/PB e pelo Sr. Maurício Barros Ottoni do Ministério da Saúde/ CGFIP/DAI/SE. A **Sra. Luciani Ricardi** iniciou sua apresentação cumprimentando a todos e agradecendo o convite. Ela apresentou um panorama geral da situação do DIGISUS no Estado da Paraíba, com escala de 17 instrumentos de planejamento que precisam constar no sistema. Explicou que no levantamento que está sendo feito, temos um município que já colocou todos os 17 instrumentos considerando: planos de saúde, programações anuais, relatórios trimestrais, relatórios anuais e as pactuações interfederativas. Ainda relatou que os municípios estão no processo de alimentação e inserção desses instrumentos e 50 % dos municípios têm colocado entre 50% a 99 % dos instrumentos, essas informações constam de forma detalhada no boletim que será apresentado posteriormente. Informou que no panorama dos conselhos da mesma forma, esses instrumentos precisam ser apreciados pelos conselhos de saúde, o município de Princesa Isabel já registrou todos os instrumentos e já foram notificados 05 municípios que estão com erro no sistema, afirmou “se acontecer de dar erro o município pode estar entrando em contato conosco para avaliarmos e se for problema no sistema o DATASUS faz essa correção, de forma que já temos um panorama que vem avançando e que agora estamos em um momento de reabertura de alguns instrumentos para correção do plano e da programação”. Plano de Saúde Estadual – Paraíba/PB 2016 –2019 –Aprovado / 2020 –2023 –Aprovado. Em relação aos plano de saúde dos municípios a Sra. Luciani informou: “temos 145 que já foram aprovados, 17 em análise no Conselho Estadual, 41 em elaboração e 20 que não teve ainda início, sendo que tivemos 18 planos que foram reabertos e 09 planos está em elaboração e 09 em análise no Conselho de Saúde, os demais já foram concluídos e aprovados”. Em relação a programação anual de saúde 2020, disse: “temos o seguinte panorama, 35 aprovados finalizados, 15 em análise no conselho de saúde, 52 em elaboração, 120 não iniciaram, 01 que apresentou erro, mas que está sendo corrigido pelo DATASUS. Temos também 07 programações de saúde reabertas, em elaboração”. Já em relação ao 1º Relatório Trimestral 2020, afirmou: “temos no sistema 07 relatórios avaliados, 11 em análise no conselho de saúde, 16 em elaboração e 189 não iniciaram”. Quanto a da pactuação Interfederativa, a mesma disse que Eliane, técnica da SES, apresentaria esses dados que foram levantados hoje com mais detalhes, onde houve uma prorrogação do prazo da pactuação interfederativa até 31 de julho 2020, para apresentação e inserção no sistema. A Sra. Luciani, informou que vem sendo feito monitoramento, acompanhamento de forma mensal juntamente com a área técnica em Brasília, com o COSEMS/PB e SES/PB, e que a partir desse mês estarão com o formato de boletim informativo, apresentando todos os dados sobre: situação de alimentação dos instrumentos e evolução nos últimos três meses, perguntas e respostas frequentes

sobre o sistema, legislação e materiais sobre planejamento no SUS. Ao término da sua apresentação, a Sra. Luciani passou a palavra para o **Sr. Maurício Barros Ottoni** do Ministério da Saúde/ CGFIP/ DAI/SE, ele cumprimentou a todos e iniciou sua fala informando que não haverá mais prorrogação da pactuação interfederativa e que está sendo desenvolvida uma nota técnica, a qual será enviada para conhecimento de todos durante a semana. Continuou afirmando “Além da LC141 que estabelece os prazos para prestação de contas, esse ano temos outros dois motivos para registrarmos tudo com muito mais detalhes e zelo, temos a pandemia do Covid-19 que descentralizou um grande volume de recursos e o pleito eleitoral municipal. Por conta da pandemia, se faz necessário que os gestores revisitem os seus planos de saúde para verificar diante da situação atual se tem metas que fazem sentido para o enfrentamento ao Covid-19, é importante que isso aconteça com muitos detalhes e responsabilidade, pois no ano seguinte haverá novos gestores e serão eles que irão inserir as informações no RAG, do 3º RDQA, serão esses gestores que irão apresentar essas informações que foram deixadas pela gestão anterior. Nesse sentido, no que diz respeito a inserir as informações no sistema, nós publicamos a Nota Técnica nº 07 CGRIP/DGIP-MS, de 24 de Junho 2020, que trata do ajuste do plano de saúde ou na programação anual de saúde para inclusão de metas ou ações respectivamente decorrentes do enfrentamento da pandemia do Covid-19, essa nota técnica reforça a necessidade do gestor em avaliar o seu plano de saúde com muito critério para contemplar todas as ações de enfrentamento da pandemia. Anteriormente tínhamos feito a Nota Técnica nº 05/20 que tratava de ajuste do plano, mas em conversa com vários entes, conseguimos identificar que talvez não haja necessidade de alterar o plano de saúde, mas a programação, tendo em vista que já possa existir metas que consigam contemplar o combate a pandemia, por esse motivo foi elaborada a nota nº 07/20, tratando justamente da alteração apenas da programação anual 2020”. O Sr. Maurício Ottoni fez uma demonstração no sistema (<https://digisusgmp-treinamento.saude.gov.br>), usando como exemplo o município de Assunção, após a explanação o Sr. Maurício se colocou à disposição para dirimir dúvidas e passou a palavra para **Sra. Blenda Leite Saturnino Pereira**, técnica convidada do CONASEMS. A Sra. Blenda cumprimentou a todos, agradeceu o convite do COSEMS/PB e iniciou sua fala explanando que, como complemento da fala do Sr. Maurício, ressaltava que estava sendo encerrado o quadriênio e que nesse ano em função da pandemia da Covid-19, os cuidados deviam ser redobrados devido ao decreto de calamidade pública com a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, que se desdobrou em apoio financeiro aos Estados e Municípios. Informou: “os municípios ainda estão recebendo apoio e recursos de portarias publicadas, a Portaria nº 1.666, de 1º de Julho de 2020 que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – Covid-

19, ainda está sendo paga, recursos em torno de 11 Bilhões de reais, e desde o início, a nossa maior preocupação é a correta orientação aos gestores para evitar transtornos ao final do exercício e da pandemia a prestação de contas desses valores que foram disponibilizados, a necessidade de ser registrado corretamente tanto as receitas quanto as despesas desses valores. As despesas com a pandemia da Covid-19 é uma despesa pública como outra qualquer, requerendo os mesmos cuidados e as mesmas normas que são utilizadas nas demais despesas com saúde, mas o cuidado com os registros e com a prestação de contas tem que ser realmente redobrada, uma vez que um crédito extraordinário não estava previsto no seu orçamento esse recurso. As ações que estão sendo financiadas com esses recursos também têm que estar inseridas no Plano de Saúde, esses planos têm que obrigatoriamente serem atualizados, porque várias ações que estão sendo executadas pelos gestores de saúde, não tinham sido pensadas antes da pandemia, necessariamente não existe hoje na SMS em qualquer área uma medida para enfrentamento do Covid-19, porém hoje toda SMS está envolvida em ações de enfrentamento a pandemia, de forma que é necessário organizar o orçamento tanto na categorização das despesas, a classificação da receita, o recurso está todo sendo repassado através do bloco de manutenção para as ações de enfrentamento a Covid-19 e, o que nos preocupa, são os prazos para fins de prestação de contas que não mudaram, não foram alterados, a Lei complementar nº 141 de 13 de Janeiro de 2012, não têm excepcionalidade de cumprimento que está definido em função de uma calamidade pública, ou seja, os prazos de relatório trimestrais, relatório anual de saúde só o ano que vem, mas os trimestrais, audiência pública, ciência aos órgãos de controle social, informação ao conselho municipal de saúde do que está sendo feito é necessário e obrigatório, de forma que mesmo diante das dificuldades que a pandemia vem causando de isolamento social, dificuldade nas agendas, a gestão deve criar iniciativas para que esse trabalho seja feito. A correta prestação de contas desses recursos é extremamente importante para a gestão, como também a inserção dessas informações nos sistemas de informação de saúde. O que condiciona recursos, é o nosso conselho de saúde atuante, o fundo de saúde instituído e o plano municipal de saúde, de maneira que o plano tem que existir e está atualizado no DIGISUS. Temos também a questão da transição, onde estamos finalizando essa gestão e acontecendo mudança de gestão, de forma que a transição deve ser realizada de forma mais tranquila e transparente possível e, para isso, é necessário a coleta de todos os documentos para que a próxima gestão possa dar continuidade nas ações de saúde, é muito importante. O programa anual de 2021 por exemplo, já deve estar feito, porque ele tem que dialogar com a lei de orçamento do município, a lei orçamentária agora em agosto 2020, vai para tramitação na Câmara de Vereadores, então deve haver esse diálogo entre esses documentos, ou seja, todos os documentos devem estar prontos para serem repassados para outra gestão. Sobre a questão dos fundos de saúde, o gestor como ordenador de

despesa, existe a necessidade de fazer o encontro de contas fazendo um relatório contábil do que tem hoje no fundo de saúde, desde as contas abertas, não só das contas federais, mas também das contas do município que foram abertas para recepção de recurso do Estado, convênios, contratos que envolvem o CNPJ do Fundo de Saúde, todas essas informações devem estar na sua transição, mesmo que sejam as mesmas pessoas que continuaram na gestão, é importante fechar o ciclo para dar continuidade as ações futuras”. A Sra. Blenda Pereira concluiu sua explanação e passou a palavra para a representante da GEPLAG/SES/PB, a **Sra. Eliane Almeida**, técnica da Gerência de Gestão e Planejamento da SES-PB, que cumprimentou a todos e agradeceu o convite feito pelo COSEMS. A Sra. Elaine deu início a sua apresentação sobre revisão e elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão e o DIGISUS, considerando Plano de Contingência a Covid-19. A convidada relatou que devido ao novo cenário que estamos vivenciando em relação à saúde, se fez necessário a compatibilização do Plano de Contingência à Covid-19 e o Plano de Saúde – PS e, conseqüentemente, da Programação Anual de Saúde – PAS 2020. Porém, o Estado deu início com a leitura e discussão do Plano Estadual de Contingência à Covid-19, de maneira que se analisou como poderia ser encaixado as ações do plano de contingência ainda dentro apenas da PAS, sendo feita uma análise desses instrumentos de planejamento (PES 2020-2023 e PAS 2020) na perspectiva de encaixe das ações do PC Covid-19, nas metas existentes no PES e, dessa análise, foram identificadas 04 metas existentes no plano que encaixariam uma parte das ações do plano de contingência, porém não era suficiente para encaixar todas. Continuou afirmando que o Plano Estadual de Saúde 2020/2023, foi aprovado no dia 06/11/2019 e o PAS 2020 foi aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde em 07/12/2019, de forma que o Estado entrou o ano de 2020 com os seus instrumentos aprovados sendo executados em janeiro de 2020. Ao analisar as metas anteriormente estabelecidas, viu-se que era necessário um ajuste no PES 2020-2023 com a inserção de mais duas metas no ajuste do PAS 2020, a inserção de ações em 04 metas existentes e ações a fim de atender ao Plano de Contingência, esses ajustes no documento foram encaminhados ao CES para apreciação e aprovação. Quanto ao apoio aos municípios, o Estado através da SES/PB realizou reuniões por vídeo conferência com as 12 Gerências Regionais de Saúde - GRS, apoiadores regionais e institucionais e também a equipe do COSEMS/PB para discutir os instrumentos de planejamento e plano de Contingência a Covid-19, foi encaminhada a Nota Técnica nº 07/2020 – CGFIP/DGIP/SE/MS e elaborada em conjunto com o COSEMS/PB a Nota Técnica Conjunta 01/2020 – SES/PB-COSEMS/PB, com orientações aos municípios sobre Orçamento e Planejamento no enfrentamento a pandemia. A Sra. Eliane lembrou aos gestores que o Sistema Digital dos Instrumentos de Planejamento – DIGISUS, incorporou as funcionalidades do Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão (SARGSUS) e do Sistema de Pactuação (SISPACTO). Ela

informou que o sistema permite a elaboração dos RDQA e do RAG, e que receberá o registro das metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores e de um conteúdo mínimo dos planos de saúde e das programações anuais de saúde. Em relação a Pactuação Interfederativa 2020, foi elaborado os Informes nº 06 e nº 07 sobre Pactuação Interfederativa, que é referente ao ATO CIT nº 11, de 27 de maio de 2020, que prorrogou para 31/07/2020, o prazo para definição das metas para os indicadores da pactuação 2020, sendo encaminhado aos apoiadores regionais, representantes do estado nas CIR, para discussão e apoio aos municípios. Em relação a situação atual da Pactuação Interfederativa 2020, situação em 31/07/2020, de acordo com a prorrogação, a Sra. Eliane falou que 133 municípios estão com a pactuação homologadas pelo Estado, 62 municípios com pactuação em apreciação pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS, 04 municípios com pactuação em elaboração e 24 municípios que não iniciaram. De forma que, como o Sr. Maurício informou, não haverá prorrogação no sistema. Quanto a taxa de utilização do DIGISUS – Gestão, no Estado da Paraíba 93% dos municípios já iniciaram a inserção de pelo menos 01 instrumento de gestão no DGMP, 13 municípios ainda não iniciaram a alimentação de dados no sistema DIGISUS, 07 municípios estão com o PAS 2020 reaberto para ajustes, 07 municípios que reportaram erros no sistema DGMP, ainda estão em processo de correção e 18 municípios que estão com o Plano de Saúde 2018-2021 reaberto para ajustes. A Sra. Eliane concluiu sua apresentação, agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Finalizando as apresentações foi dada abertura aos debates. A Sra. Michelle Targino, assessora técnica do COSEMS/PB, informou as perguntas que foram colocadas no Chat, já tinham sido respondida pelo Sr. Maurício Barros Ottoni do Ministério da Saúde. A Sra. Soraya Galdino, pediu a palavra e se dirigiu a Sra. Blenda Leite do CONASEMS, informando a preocupação que ela e os demais gestores estão tendo em atender ao que o MPF/PB vem solicitando e cobrando fortemente aos gestores dos municípios paraibanos para que sejam utilizados os recursos da Covid-19 com uma certa urgência, ela enfatizou que o volume de recursos financeiros que vem sendo destinados aos municípios é muito alto, coisa que ela como gestora há 20 anos nunca tinha visto, nem recebido tanto dinheiro, de forma que ao receber um quantitativo desse de recursos se complica, pois parte dos recursos entrou como FPM e parte entrou na Saúde e esse prazo em gastar esse dinheiro está assustador, pois na Paraíba têm vários municípios que já estão respondendo aos órgãos de controle, vem sendo feito matérias na imprensa denegrindo a imagem dos gestores, dizendo que se está comprando materiais e equipamentos com sobrepreço. Ela falou: “Estamos tendo o maior cuidado e maior zelo na utilização desses recursos, isso requer planejamento adequado e tempo, e o MPF/PB nos informou que está com uma lista com nome de municípios que só gastaram até agora 3%, 5% dos recursos destinados ao combate da pandemia da Covid-19 e o COSEMS/PB tem que está acompanhando a utilização desses recursos pelos

municípios, de forma que é bem preocupante essa situação, e o que mais nos preocupa é a cobrança feita pelo MPF/PB na questão da presa em gastar esse dinheiro, tendo em vista que devemos ter o máximo de responsabilidade e cuidado possível na utilização desses recursos, tendo em vista a pandemia de Covid-19 ainda não ter passado”. A Sra. Blenda respondeu que existem duas questões, o crédito extraordinário que obrigatoriamente tem que ser executado no mesmo exercício fiscal onde foi aberto, existindo excepcionalidade se ele for aberto 03 meses antes do encerramento do ano fiscal e, que não houve nenhum ato normativo que prorrogue para o exercício de 2021 a utilização desses recursos, de forma que é uma das preocupações que os gestores devem ter na utilização dos recursos destinados ao combate da Covid-19, sendo uma das questões que o CONASEMS está se dedicando a conversar inclusive com o parlamento, na excepcionalidade de criar uma prorrogação que tem que ser através de ato normativo via Congresso Nacional de prorrogação de utilização desses recursos. A outra questão é sobre o próprio Covid-19, é necessário se pensar quais as ações propriamente ditas que estão sendo feitas e os recursos envolvidos nessas ações, ou seja, quando foi repassado o recurso para o combate a Covid-19 por parte do Ministério da Saúde, por isso é necessário que o planejamento seja readequado para atender o financiamento desse recurso. Completou ela: “Nesse caso, o município tem que demonstrar na justificativa ao MPF/PB que as despesas estão sendo feitas com o cuidado necessário na execução desses recursos que estão vindo destinados as ações contra a pandemia, mas não necessariamente as ações não estejam sendo feitas, pois o plano de contingência está sendo o balizador no cumprido ao combate a pandemia”. A Sra. Soraya Galdino relatou que tinha tido uma reunião com a contadora e prefeito do seu município, Itabaiana, para tratar da questão do uso dos recursos do Covid-19 e que nessa reunião ficou claro que a contabilidade do município não compreendia a abrangência da assistência que era necessária em todos os serviços desenvolvidos pela secretária da saúde nesse combate. A Sra. Blenda explicou que as ações devem ser feitas, pois se não for atendida a população, pode ser caracterizado como omissão por parte do gestor. A Sra. Soraya ressaltou que a preocupação dos gestores é pertinente, porque eles poderão ser penalizados pelo uso ou não uso dos recursos destinados a pandemia da Covid-19, tendo em vista os contadores, prefeitos e o setor jurídico não concordarem com as orientações técnicas dos técnicos Ministério da Saúde. A Sra. Blenda argumentou que quem é o ordenador de despesas referentes a saúde, é o gestor de saúde e não o contador do município, o gestor de saúde tem que se posicionar como tal e não deixar a gestão da SMS sob a tutela de contadores. A Sra. Soraya Galdino mediante as explicações da Sra. Blenda, solicitou que o CONASEMS, CONASS, MS, SES/PB faça alguma coisa no sentido de orientar os contadores e prefeitos dos municípios. A Sra. Soraya Galdino passou a palavra para Sra. Michelle Targino coordenar as questões que foram digitadas no Chat da assembleia. A Sra. Michelle Targino

informou que a maioria das perguntas feitas através do Chat já tinham sido respondidas pelo Sr. Maurício Ottoni no próprio Chat, ela informou que se os gestores quiserem podem estar enviando suas questões de forma pontual para o contato do Sr. Maurício ou para os assessores do COSEMS que terão o maior prazer em dirimir quaisquer dúvidas que os gestores tiverem. A Sra. Soraya Galdino facultou a palavra a Sra. Renata Martins Domingos, gestora de saúde do Conde e presidente da 1ª CIR, que cumprimentou a todos e fez um desabafo quanto a angústia que todos os gestores de saúde vem passando quanto a questão dos gastos dos recursos direcionados para o combate a Covid-19, ela disse que não repetiria o que a Sra. Soraya tinha explicitado anteriormente, mas que no município dela a PGM vem questionando se o tipo de atadura que será comprado serve para o combate a Covid-19, se o medicamento adquirido atende ao protocolo da Covid-19, etc. e isso vem provocando nos gestores medo dos órgãos de controle de contas públicas, tanto o MP quanto o TCE, estão com interpretação de forma enviesada sobre a questão dos sobrepreços, mesmo eles sabendo que quem regula os preços, é o mercado mediante a oferta e procura de produtos. Ela acrescentou: “Estamos vivendo uma criminalização da política aqui na Paraíba”. Após seu desabafo, a Sra. Renata passou a palavra para o Sr. Tiago Ferreira dos Santos, gestor de saúde de Bom Sucesso e Presidente da 8ª CIR, que cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade. O Sr. Tiago foi acometido do Covid-19 e explanou o que vivenciou através dessa doença, ele disse que acompanhou todas as discussões apresentadas na assembleia e que foram muito pertinentes, porém o que mais vem lhe afligindo é a questão da regulação do Estado, ele falou da sua experiência e de como presenciou a deficiência da regulação estadual na transferência de um paciente acometido pela Covid-19. O Sr. Tiago disse que faz parte de um sistema de saúde e que acreditava no plano de saúde dele que é o SUS e, que mesmo tendo acesso a um hospital particular, escolheu ser atendido pela sua rede, relatando que adentrou em uma espera na regulação às 14:00horas e até as 19:00 horas o seu quadro clínico se agravou, não obtendo êxito com a regulação do estado, de forma que precisa-se de união, porque se não fosse por interferência política, o mesmo não teria sido inserido no sistema, um sistema que vive lutando por ele arduamente para que se faça a universalidade, continuou dizendo que em época de pandemia deveria haver menos burocracia para que o usuário tivesse acesso ao tratamento com mais rapidez e agilidade, de forma que quantas pessoas leigas que necessitaram ser transferidas na Paraíba, quantas horas de angústia elas passaram, porque ele como gestor de saúde foi vítima disso, que conseguiu entrar em um hospital do Estado muito capacitado, preparado, com uma equipe humanizada, com um protocolo eficiente, mas quanto a regulação essa deixa muito a desejar. O Sr. Tiago ressaltou que devemos intensificar nossa luta para que a regulação seja mais efetiva eficiente, pois existem muitas pessoas acometidas dessa doença nas filas dos hospitais sendo negligenciadas por uma regulação estadual que precisa urgentemente ser mais



rápida e eficiente nas transferências dos pacientes se esse for o caso, pois os hospitais estão prontos para atender, mas até chegar a ser atendido no ambiente hospitalar, os usuários passam por grande preocupação e angústia. A Sra. Soraya lamentou a situação vivenciada pelo gestor e se solidarizou com todos que além de enfrentar uma pandemia como essa, na hora que precisa de uma assistência se vê obrigado a passar por essa situação e num período eleitoral tudo fica mais difícil, pois as pessoas levam tudo para o lado político. A Sra. Soraya voltou a falar sobre a questão dos órgãos de controle estarem acionando os gestores para que os mesmos expliquem a questão das compras com sobrepreço, a Sra. Blenda recomendou que os gestores revejam os vídeos do Congresso Virtual do CONASEMS que tratam dessa questão e que o COSEMS/PB entrasse em contato com a Sra. Fernanda, assessora jurídica do CONASEMS, que vem acompanhando as ações do Conselho Nacional do Ministério Público, de forma que esses equívocos e distorções que vem sendo colocados pelo MP, seja conversado com ela para que possa dar maiores informações sobre essas questões, pois por mais que esses órgãos sejam autônomos, deve-se mostrar a eles a nossa preocupação nesses entendimentos que possam distorcer e paralisar a execução das despesas Covid-19. A Sra. Blenda ressaltou que o gestor não pode trabalhar com medo de ser penalizado e que o diálogo com esses órgãos vem sendo feito pela área jurídica do CONASEMS e, que se necessário, dever-se-ia voltar a conversar com esses órgãos para maiores esclarecimentos. Após as apresentação e falas dos convidados a Sra. Soraya transferiu a palavra a Sra. Ana Carolline, para dar prosseguimento a pauta da assembleia, que passou a palavra a Sra. Dáfia Izidoro que tratou do **Item 1. letra c) Aprovação da Atas da 4ª Assembleia do COSEMS-PB / 2020- Sra. Dáfia Vicente Izidoro** – secretária do COSEMS/PB. A Sra. Dáfia Izidoro cumprimentou a todos e confirmou que os gestores receberam via e-mail o referido documento em tempo hábil e o analisaram, colocada para aprovação a Ata da 4ª Assembleia do COSEMS/PB 2020, foi prontamente aprovada sem ressalvas por unanimidade. A Sra. Ana Carolle passou a palavra para Sra. Michelle Targino que tratou sobre **Item 1. Letra c) Apresentação da Pauta da CIB – Michele Targino – Assessora Técnica do COSEMS-PB.** A Sra. Michelle Tragino informou que os pontos principais que foram tratados na reunião da Câmara Técnica que aconteceu no dia 27/07/20, pela GEPLAG/SES-PB. Em relação a portaria nº 1812, que trata do incentivo financeiro para Estados e Municípios que será direcionado para o fortalecimento da governança, ela explicou que a discussão está acontecendo de forma tripartite aqui no Estado, envolvendo o COSEMS/PB, SES/PB e MS. Informou, ainda, que foi pautado também o Guia Orientador e que já foi iniciada discussão na Paraíba, no dia 28/07/20 aconteceu a 1ª Oficina para tratar sobre o Guia com a 1ª e 3ª Macrorregião, com a participação de gestores de saúde e técnicos coordenadores de atenção primária e de vigilância. Na 1ª Oficina foi abordado o tema: Atenção Primária, a próxima oficina acontecerá na 1ª semana de Agosto/20 e será

tratado o tema da Rede de Urgência e Emergência. A Sra. Michelle Tragino afirmou que foram apresentadas algumas portarias que autoriza habilitação de leitos da rede de urgência e emergência, e as deliberações onde foi deliberado alguns serviços de fortalecimento local/municipal como por exemplo, o município de Fagundes com habilitação de CAPS I, Implantação da Equipe Multiprofissional em Atenção Especializada – AMENT Tipo II em Saúde Mental no município de Patos/PB, o Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) no município de Sousa, aprovação a proposta de emenda parlamentar cadastrada no sistema do FNS, proposta nº10521.8920001/20-004, referente à aquisição de equipamento e material permanente. Aprovação da proposta de aquisição de um tomógrafo computadorizado para o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Curimatáu e Seridó Paraibano. Remanejamento de procedimentos ambulatoriais e hospitalares do município de Piancó/PB, para Princesa Isabel/PB. Aprovação o projeto técnico para aquisição de Transporte Sanitário Eletivo do município de Livramento/PB. Aprovação a proposta cadastrada no Sistema do FNS sob nº 03609.5950001/20.006, referente a aquisição de equipamentos e material permanente, do componente Triagem Auditiva Neonatal, no valor de R\$ 340.000,00, para o Fundo Estadual de Saúde, entre outros. Completou dizendo que esses temas que foram deliberados estarão na pauta da CIB/SES/PB para aprovação que acontecerá amanhã (04/08/20). O Sr. Davi Nunes da Paz, gestor de Quixaba, solicitou do COSEMS informações junto ao Estado sobre a questão da resolução que trata do PCEP do município de Patos e que foi apresentado pela GEPLAG/SES/PB como extra pauta da última reunião da CIB/SES/PB, tendo em vista essa resolução que trata do PCEP do município de Patos atingir não apenas o município de Patos, mas de toda região, de forma que ele gostaria de saber se o município de Patos foi convidado para avaliação e discussão e assinatura do PCEP ou se isso será feito de forma judicial, se o COSEMS tem conhecimento deste fato, porque não estamos tendo acesso as resoluções da CIB/SE/P. A Sra. Soraya questionou como não estão tendo acesso as resoluções, o Sr. Davi explicou que antes as resoluções eram disponibilizadas no site do COSEMS, mas esse ano não foi possível identificar as resoluções da CIB, a Sra. Soraya cobrou explicações da assessoria técnica do COSEMS sobre essa questão, pois não era do conhecimento dela essa falha. A Sra. Ana Carolline explicou que no site do COSEMS/PB é feito o link de acordo com o site da SES/CIB e que a Sra. Débora, secretária executiva da CIB, tinha informado anteriormente que estava em contato com a setor de comunicação para resolver problemas no sistema, mas estavam resolvendo, a Sra. Ana informou que tinha sido cobrado anteriormente e que estaria acompanhando a solução desse problema. A Sra. Soraya solicitou a Ana Carolline que a SES/PB fosse notificada oficialmente sobre essa questão e que a pendência com as resoluções fossem resolvidas imediatamente, de forma que todas as resoluções CIB deste ano que foram assinadas fosse disponibiliza de forma transparente no site dos COSEMS com urgência e que esse tema iria constar como pauta na reunião

da CIB no dia 04/08/20. A Sra. Anna Katarina Galiza, assessora técnica do COSEMS, pediu a palavra e explicou que todas as resoluções foram originadas por *ad referendum*, porque a maioria das situações tinham prazo para envio, então foram emitidos *ad referendum* que passaram pela mão da presidente do COSEMS/PB, retornaram para CIB para serem convertidas em resoluções, a resolução foi emitida após a realização da reunião da CIB, de forma que nas últimas CIBs tem sempre na pauta *ad referendum* para emitir a resolução equivalente aquele tema, todos os *ad referendum* foram enviados para o COSEMS/PB, faltando apenas dessas últimas reuniões para serem publicadas, mas todas foram conferidas antes para que a presidente pudesse assinar, neste caso está faltando publicar no site as resoluções das duas últimas reuniões da CIB. Dando continuidade a pauta nos **Informes**. A Sra. Anna Katarina Galiza fez um apelo a todos os gestores que atentem, observem as coberturas vacinais em seus municípios, pois apesar da pandemia é preciso proteger a população de outras morbidades, sendo importante que os gestores estejam atentos não apenas quanto a questão de atingir as metas ou aproximar das metas e assim evitar o adoecimento da população. A Sra. Ana Caroline informou que o Congresso Virtual do CONASEMS está acontecendo semanalmente nas sextas-feiras, às 14:00 horas e a Mostra de Trabalhos do Virtual do CONASEMS, onde foram selecionados 05 trabalhos da Paraíba os quais foram enviados para o CONASEMS, ela disse que ainda está aberta as inscrições para os trabalhos e que os gestores podem aproveitar essa oportunidade para inscreverem seus trabalhos. A Sra. Soraya Galdino deu continuidade as informações e tratou sobre a entrega dos aparelhos de oxímetros, falou que a transportadora responsável pela entrega cometeu um erro grande na logística dessas entregas e no lugar de entregar os oxímetros na sede da SES/PB, entregou todos no município de Água Branca, porém a gestora Sra. Ivandla muito responsável nos comunicou e fez a devolução, verificado o erro, a transportadora recolheu todos os oxímetros e entregou na sede da SES/PB que encaminhará os equipamentos para as Gerências Regionais de Saúde e os gestores poderão pegar esse equipamento na sede da gerência. Sra. Soraya informou também que os recursos destinados ao combate da pandemia da Covid-19 não são oriundos de emendas parlamentares e, se algum político dizer isso, não é verdade, como também a prestação de contas não segue o rito da prestação de contas de emendas, ela informou também que o COSEMS está atento e sempre cobrando a questão das cirurgias eletivas e da regulação do Estado, a Sra. Soraya informou que a assessoria jurídica do COSEMS/PB, na pessoa da advogada Dra. Clarissa Dantas Oliveira, está trabalhando arduamente na elaboração de documentos para defesa dos municípios frente as notificações dos órgão de controle e fiscalização sobre os valores dos insumos da Covid-19, essa documentação estará em breve à disposição dos gestores que solicitarem por e-mail ao COSEMS/PB (cosemspb@cosemspb.org), porém enfatizou que essa documentação não será

disponibilizada em redes sociais. **Finalizando a Assembleia**, a Sra. Soraya Galdino de Araújo Lucena facultou a palavra aos convidados para proferirem suas considerações finais de despedida, e após as manifestações dos convidados, a Sra. Soraya agradeceu e informou que as apresentações completas dos temas trabalhados encontram-se no site do COSEMS/PB([cosemspb.org](http://cosemspb.org)) na aba Educação e Saúde, os questionamentos foram respondidos prontamente pelo chat e que essa Ata é um resumo executivo da gravação original que encontra-se em sua totalidade nos arquivos do COSEMS/PB. Sem mais, foram feitos os agradecimentos. E nada mais havendo a tratar, determinou a Sra. Soraya Galdino de Araújo Lucena, Presidente da Assembleia, o encerramento da mesma às 17h00min. Eu, Dáfia Vicente Izidoro, lavrei a presente ata. João Pessoa/PB, 03 de agosto de 2020.

Dáfia Vicente Izidoro - Secretária do COSEMS/PB

**Soraya Galdino de Araújo Lucena** - presidente do COSEMS/PB